



Carta Anual

SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2024

Sumário

Mensagens da Liderança.....	2
Luis Fernando Paroli - Diretor-Presidente	2
Tabita Loureiro - Diretora Técnica e Presidente Interina em 2024.....	3
1. Apresentação da empresa	5
2. Contribuições para as políticas públicas	11
2.1.2 Planejamento Estratégico	20
2.1.3 Plano Anual de Negócios	23
2.2 Declaração de recursos	25
2.3 Iniciativas de ASG.....	25
3. Governança Corporativa	28
3.1 Informações societárias.....	28
3.2 Dados econômico-financeiros, comentários dos administradores e fatores de risco	31
3.3 Composição e remuneração da administração	35
4. Administradores subscritores desta Carta Anual.....	37

Mensagens da Liderança

Luis Fernando Paroli - Diretor-Presidente

No dia 1º de abril, tive a honra de assumir a presidência da PPSA, uma empresa que já é reconhecida como referência por sua atuação no setor de óleo e gás. Agradeço à minha antecessora na presidência e atual colega de diretoria Tabita Loureiro pelo excelente trabalho na gestão da companhia e pelo desempenho alcançado em 2024, que estamos reportando neste Relato. Mais uma vez a empresa cumpriu seu papel estratégico com responsabilidade e competência, encerrando o ano com lucro e recorde de arrecadação — uma contribuição relevante para as políticas públicas e para a sociedade brasileira.

Minha missão, a partir de agora, é dar continuidade a esse trabalho sólido e conduzir a PPSA a um novo ciclo de crescimento e transformação. Para os próximos cinco anos, esperamos um salto expressivo na produção de petróleo e gás natural da União, o que nos trará desafios importantes na comercialização e ampliará significativamente a arrecadação da União — reforçando, ainda mais, a importância da PPSA para o país.

Se em 2024 alcançamos resultados históricos na comercialização de petróleo, já iniciamos 2025 com grandes expectativas. Em junho, realizaremos o 5º Leilão de Petróleo da União, que ofertará mais de 78 milhões de barris da produção futura da União. Ao longo do ano, novas comercializações serão realizadas, e temos o desafio adicional de desenvolver um novo modelo para a oferta do gás natural da União, ampliando, de maneira competitiva, o acesso direto aos agentes de mercado. Com esse cenário, poderemos fechar 2025 com quase o dobro da arrecadação obtida em 2024.

Este também será um ano determinante para o fortalecimento da nossa estrutura de colaboradores. A partir do segundo semestre, receberemos cem novos concursados, mais do que dobrando nosso quadro atual. Será essencial promover uma integração eficiente, aliada ao fortalecimento do nosso programa de gestão do conhecimento — garantindo, assim, a preservação da excelência técnica pela qual a empresa é reconhecida.

Na gestão dos contratos de partilha, o desafio está na consolidação e no desenvolvimento contínuo dos projetos de exploração e produção de óleo e gás. Teremos novas plataformas entrando em operação, enquanto outras rodadas de licitação devem ocorrer, resultando em mais blocos sob o regime de partilha. Trata-se de um processo permanente que impulsiona a nossa atuação e exige níveis cada vez maiores de eficiência e precisão.

Nesse contexto, pretendo fortalecer uma cultura de gestão orientada a dados, com a inclusão de novos indicadores de desempenho para análise dos contratos e com processos cada vez mais padronizados. A inteligência de dados será uma aliada estratégica para a tomada de decisões em todos os níveis, impulsionando a transparência, a eficiência e o controle.

A PPSA construiu uma trajetória de sucesso — e não tenho dúvidas de que os próximos anos serão ainda mais promissores. Agradeço ao Presidente Lula, ao Ministério de Minas e Energia e ao Conselho de Administração pela confiança depositada em meu trabalho. À Diretoria Executiva, deixo meu reconhecimento pelo trabalho consistente que vem sendo realizado, e à equipe da PPSA, meu agradecimento pelo acolhimento generoso, pela dedicação e pelo profissionalismo. É com esse espírito de colaboração, compromisso e visão de futuro que inicio esta jornada, certo de que seguiremos fortalecendo a PPSA e ampliando sua relevância para o Brasil.

Tabita Loureiro - Diretora Técnica e Presidente Interina em 2024

O ano de 2024 foi excepcional para a PPSA. Superamos desafios, inovamos e alcançamos resultados históricos, impulsionados pelo profissionalismo de nossa equipe, pela confiança de nossos parceiros e pelo apoio do Ministério de Minas e Energia.

Para começar, encerramos 2024 com uma arrecadação recorde de R\$ 10,32 bilhões, um crescimento robusto de 71% em relação a 2023, em função da comercialização de 27,3 milhões de barris de petróleo da União - número nunca antes alcançado - e 53,8 milhões de metros cúbicos de gás natural ao longo do ano.

A comercialização de volumes recordes só foi possível porque dobramos a produção de óleo da União ao longo do ano. Atingimos 118 mil barris por dia em dezembro de 2024, mais que o dobro do registrado em janeiro do mesmo ano. Esse marco consolidou nossa posição como o 5º maior produtor de petróleo e gás do Brasil, reforçando a relevância da PPSA no setor de óleo e gás.

Além disso, realizamos o 4º Leilão de Petróleo da União em julho de 2024, na B3, com resultados históricos. Vendemos cerca de 37,5 milhões de barris de petróleo, referente à produção da União em 2025 nos campos de Búzios e de Mero, com recorde de competição (participação de empresas ofertantes) e, principalmente, alcançando o maior valor já pago pelo óleo da União desde a criação da PPSA. Como resultado, temos um potencial de arrecadação de R\$17 bilhões ao longo de 2025 para os cofres públicos. Fico muito orgulhosa dessa entrega porque cumprimos a nossa missão de maximizar os resultados econômicos para a União.

Para 2025, temos novos desafios com a comercialização. Realizaremos o 5º Leilão de Petróleo da União, ofertando pelo menos o dobro dos volumes comercializados no último leilão, e estamos trabalhando para avançar na comercialização do gás natural. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a PPSA a contratar, junto às estruturas existentes, o escoamento e o processamento do gás natural pertencente à União. Com isso, poderemos ampliar o processo competitivo de venda do gás natural. Nosso objetivo é realizar o 1º Leilão de Gás da União até o final do ano.

Além disso, a produção da União seguirá crescendo exponencialmente. Nossos estudos apontam que até 2030 superaremos mais de 500 mil barris por dia. Isso sem contar possíveis novas declarações de comercialidade, bem como novos contratos de partilha. Nesse aspecto, também tivemos avanços relevantes em 2024, com a contínua aprovação pelo CNPE de novas áreas para serem licitadas em regime de partilha. Já são 21 novos blocos aprovados. Excelente notícia para o país, que precisa continuar repondo reservas para garantir a segurança energética.

Se entregamos resultados expressivos para a sociedade brasileira, também trabalhamos fortemente para estruturar internamente a empresa. Diante de tantos desafios e de crescimento exponencial das atividades e responsabilidades até o final da década, precisamos de uma PPSA forte, estruturada e capacitada para continuar entregando resultados de excelência. Nesse sentido, conseguimos a aprovação do nosso Plano de Cargos e Salários junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), um marco que abriu caminho para a realização do nosso primeiro concurso público em 2025, com 100 vagas de nível superior. Além disso, aprovamos nosso Plano de Funções, permitindo o equacionamento das demandas mais urgentes. E encerramos o ano com a aprovação da Lei nº 15.075/2025, ainda a ser regulamentada.

Crescer é sempre gratificante, mas é preciso nos prepararmos para isso. Por isso, 2025 será um ano para trabalhar por uma integração eficiente dos novos concursados e preservar um de nossos valores mais reconhecidos pelo mercado - o conhecimento técnico. Paralelamente, estamos avançando em diversas frentes estratégicas: implantação do ERP, gestão documental e ampliação das iniciativas de TI, incluindo inteligência artificial. São avanços fundamentais para equipar a empresa para um novo salto rumo ao futuro.

Também não posso deixar de mencionar o crescimento que obtivemos em comunicação. A PPSA deve estar cada vez mais próxima da sociedade brasileira e da indústria, com credibilidade e confiança. Só em 2024, foram mais de 10 mil matérias publicadas com citações à PPSA, um marco relevante. Também crescemos em todas as redes sociais.

Além disso, nesse ano reforçamos nosso compromisso com a sociedade, incorporando em nossa missão, visão e valores os aspectos de sustentabilidade, segurança operacional e respeito às pessoas. Em 2024, trabalhamos de forma consistente no tema da descarbonização, lançando, inclusive, um Painel de Emissões para monitorar a performance dos nossos ativos. A iniciativa reforça nosso compromisso com a sustentabilidade e o meio ambiente.

Adicionalmente, assinamos o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e 34 empresas públicas. Queremos trabalhar em iniciativas que propiciem, cada vez mais, a participação das mulheres na força de trabalho e na liderança, bem como estimular a diversidade racial. Estamos inclusive apoiando projetos sociais neste sentido. Seguimos firmes no compromisso de construir um ambiente mais inclusivo e representativo.

Com isso, finalizo minha mensagem atestando a integridade dos dados apresentados neste relatório e, diante de um 2024 repleto de realizações, expresso, em nome da Diretoria Executiva, meu mais profundo reconhecimento a todos os empregados da empresa pelo empenho, dedicação e ética no exercício de suas funções. Também não poderia deixar de agradecer a atuação constante e participativa do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento da PPSA, cujas valiosas contribuições foram fundamentais para o cumprimento da nossa missão. Minha gratidão se estende, ainda, a toda a equipe do Ministério de Minas e Energia e, em especial, ao Ministro Alexandre Silveira, pela confiança depositada em nosso trabalho.

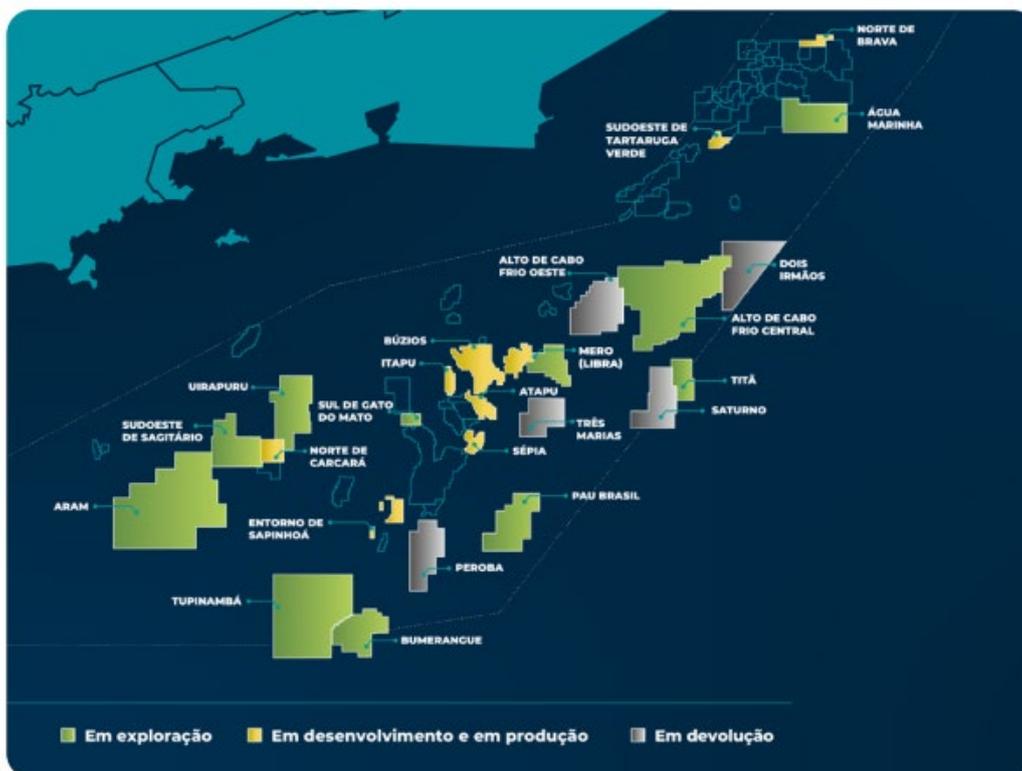
1. Apresentação da empresa

A PPSA é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada em 2013, responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção em nome do Estado, pela representação da União nos acordos de individualização da produção que envolvem áreas não contratadas e pela comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União nestes campos.



A empresa tem papel estratégico no setor de óleo e gás. Atualmente, faz a gestão de 24 contratos de partilha, explorados por cinco operadores e 15 empresas consorciadas. São ativos substanciais, geridos em nome do Estado, de modo a garantir a maximização dos resultados econômicos do pré-sal para o país e a transparência na administração dessas riquezas. Dos 24 contratos de partilha, 9 são comerciais, 10 estão em fase de exploração e 5 em processo de devolução. Juntos, estes contratos já produziram mais de um bilhão de barris de petróleo desde 2017. Em dezembro de 2024, a produção média destes contratos era de um milhão de barris por dia.

Os campos sob o regime de partilha já representam mais de 30% da produção nacional e 45% das reservas totais de petróleo do Brasil. Juntos, vão gerar para o Estado Brasileiro, em toda a vida útil, mais de R\$ 2 trilhões em royalties, tributos e comercialização de petróleo e gás da União, sendo cerca de 50% desse montante atribuído à comercialização e o restante, aos tributos e royalties. Em média, as tributações impostas pelo governo no regime de partilha permitem que o Brasil receba de volta quase 70% de toda renda petrolífera dos contratos comerciais.



Polígono do pré-sal: 24 contratos em regime de partilha de produção

Para realizar as atividades de gestão de contratos, a PPSA conta com um time de Gerentes Executivos que trabalham em conjunto com um escritório interno de projetos e quatro superintendências: Comercialização, Reservatórios, Exploração, e Desenvolvimento e Produção. Diante da complexidade das jazidas dentro do polígono do pré-sal, que apresentam características únicas, de sistemas de produção também diferenciados, e do alto nível das equipes dos operadores, é a capacidade técnica gerencial e de desenvolvimento de projetos destas equipes, em conjunto com uma atuação bem orquestrada, que garantem que a empresa consiga obter os melhores resultados para a União nos contratos sob nossa gestão.

Como gestora, a PPSA lidera todos os comitês operacionais dos consórcios com 50% de voto nas principais decisões. Cabe à equipe avaliar todas as estratégias propostas em cada contrato, analisar e aprovar os planos e programas ao longo das fases de exploração e produção, analisar e aprovar as contratações de bens e serviços, um minucioso trabalho de reconhecimento e auditoria dos custos incorridos, propor e avaliar o uso de novas tecnologias nos projetos, além de monitorar e acompanhar a performance da produção, gerir a conta Custo em Óleo e calcular as participações da União.

Produção da União e Comercialização

Pelo regime de partilha, a União conta com uma parcela de produção em todos os contratos. A empresa também representa a União nos acordos de individualização da produção que envolvem áreas não contratadas e também tem direito a um percentual da produção destas jazidas. Em dezembro de 2024, a produção da União, administrada pela PPSA, em todos estes contratos, foi

recorde, totalizando 118 mil barris de petróleo por dia. Com este volume, a União/PPSA encerrou o ano como a quinta maior produtora de petróleo do país.

Toda a produção de petróleo e gás natural da União é comercializada pela PPSA em leilões spot, para menores volumes, e em grandes leilões, realizados com o apoio operacional da B3. Já a produção de gás natural da União é atualmente comercializada diretamente para a Petrobras.

Em 2024, a PPSA gerou uma arrecadação de R\$ 10,32 bilhões para o Tesouro Nacional com a comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União.

Saiba Mais:

- **Relato Integrado para informações detalhadas sobre as atividades da empresa:** <https://www.presalpetroleo.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-da-administracao/>
- **Rodadas de partilha de produção:** <https://www.presalpetroleo.gov.br/contratos-de-partilha-e-producao/rodadas-de-partilha-da-producao-do-pre-sal/>
- **Contratos em vigor:** <https://www.presalpetroleo.gov.br/contratos-de-partilha-e-producao/contratos-em-vigor/>
- **E-book: Entendendo o regime de partilha de produção:** https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Ebook_PPSA_Regime-de-partilha-de-producao_2711-1.pdf

Equipe



Para a realização das atividades, a empresa contou, em 2024, com um quadro de três Diretores Executivos, um deles acumulando a presidência interina da empresa, e 63 profissionais de livre provimento. A equipe é altamente qualificada, formada por profissionais com sólida experiência na indústria de óleo e gás. Toda a equipe possui nível superior e 79% possuem especialização, mestrado ou doutorado. Do grupo, 73% são engenheiros e geólogos. Dos 63 profissionais, 44 estão lotados na área técnica (70%). A equipe é formada majoritariamente por homens (71,5%) e com maior liderança masculina. Como a atividade exige grande experiência técnica, a idade média é elevada: 57 anos.

Em abril, a empresa realizou seu primeiro Programa de Estágio com a admissão de 16 estagiários. Para dar suporte ao crescimento das atividades, a empresa publicou, em novembro de 2024, o edital do seu primeiro Concurso Público, que tem como base o Plano de Cargos e Salários aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), em junho de 2024. Serão contratados, a partir

de 2025, 100 novos empregados de nível superior, além da formação de um cadastro reserva. Das vagas, 5% serão oferecidas a pessoas com deficiência (PCDs) e 20% a Pessoas Pretas e Pardas (PPP).

Em novembro do ano passado, a empresa também teve a aprovação da SEST para o aumento do quadro de pessoal de livre provimento passando de 63 para 74 empregados.

100 VAGAS

52 vagas para Especialistas de Petróleo e Gás

36 vagas para Analista de Gestão Corporativa

8 vagas para Analista de Gestão de Tecnologia da Informação

4 vagas para Advogado

Saiba Mais:

- **Plano de Cargos e Salários:**
<https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Plano-Cargos-e-Salarios-da-PPSA-aprovado-pela-SEST-NT-10465-2024-em-13062024-LIMPO.pdf>
- **Informações sobre o 1º Concurso Público PPSA:**
<https://www.presalpetroleo.gov.br/concurso-publico-ppsa/>
- **Programa de Estágio:** <https://www.presalpetroleo.gov.br/programa-de-estagio/>

Posicionamento Estratégico

Em 2024, a empresa revisou seus direcionadores estratégicos, reafirmando seu compromisso com a sociedade brasileira. Alinhada aos princípios da agenda Ambiental, Social e Governança (ESG), reforçou a importância do respeito às pessoas e ao meio ambiente em sua missão.

NOVA MISSÃO, VISÃO E VALORES PPSA

Compromisso renovado com a sociedade.



Neste ano, a empresa também atualizou sua marca, adotando a sigla PPSA como seu nome principal. Essa mudança busca modernizar e simplificar sua identidade. A nova marca mantém as cores e o símbolo gráfico, cuja forma é inspirada no losango da bandeira brasileira, destacando agora a sigla, o que facilita o seu reconhecimento por todos os públicos.



Destques operacionais e do ambiente de negócios

- ✓ **Arrecadação recorde de R\$ 10,3 bilhões**
- ✓ **Comercialização de 27 milhões de barris de petróleo**
- ✓ **Maior valor já pago** pelo petróleo da União em leilão na B3
- ✓ **4 processos** de venda spot de petróleo, com um total de 10 cargas comercializadas
- ✓ Aumento da produção da União – **5ª maior produtora do país**
- ✓ Autorização para **venda direta do gás natural** da União ao mercado
- ✓ Realização de **98% do Planejamento Estratégico**
- ✓ **Nomeação de cinco áreas potenciais** no pré-sal para a ANP
- ✓ Negociação do **AIP de Jubarte**, redeterminação de **Tupi** e aditivo ao **AIP de Sapinhoá** em busca de mais produção para a União
- ✓ Conclusão da Equalização de Gastos e Volume do AIP de Norte de Brava, com a União credora em **R\$ 5,69 milhões**
- ✓ Aprovação do **Plano de Cargos e Salários** e do **Plano de Funções**
- ✓ Contratação de empresa para a **realização do primeiro concurso público**
- ✓ Realização do primeiro **Programa de Estágio**
- ✓ Treinamentos em **Integridade e Segurança da Informação** para toda a força de trabalho
- ✓ Assinatura do **Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão** das Empresas Estatais Federais
- ✓ Atualização da **nossa marca, missão, visão e valores**
- ✓ Participação em mais de 50 eventos e superamos **dez mil matérias** na mídia
- ✓ Assinatura de **acordo de cooperação técnica com a EPE**
- ✓ Participação ativa no Programa do MME - **Gás para Empregar**

Saiba Mais:

Acesse o Relato Integrado 2024 para informações detalhadas sobre as três frentes de trabalho da empresa.

<https://www.presalpetroleo.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-da-administracao/>

2. Contribuições para as políticas públicas

Entregas de valor público

Embora a PPSA tenha obtido um lucro de R\$ 28 milhões em 2024, o verdadeiro valor público da empresa está na arrecadação gerada para o Governo Federal com a comercialização das parcelas que a União faz jus nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção. Em 2024, a PPSA arrecadou R\$ 10,32 bilhões, um crescimento de 67% em comparação com o ano de 2023, cuja arrecadação foi de R\$ 6,02 bilhões. Todos os recursos arrecadados pela empresa são encaminhados diretamente ao Tesouro Nacional, beneficiando a sociedade por meio de políticas públicas do Governo Federal.

Marco regulatório, interesse público e função social da PPSA

O marco regulatório da exploração e produção de petróleo e gás natural, no contexto geológico do pré-sal brasileiro, é sustentado por três leis:

- ✓ Lei nº 12.351/2010, que implantou o regime jurídico fiscal da partilha de produção no Brasil.
- ✓ Lei nº 12.276/2010, a qual autorizou a União a ceder, onerosamente, à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com dispensa de licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural em áreas não contratadas localizadas no polígono do pré-sal.
- ✓ Lei nº 12.304/2010, que autorizou a criação da PPSA, estipulou o seu objeto social e fixou suas competências. Assim, todos os contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural no polígono do pré-sal celebrados em regime de partilha de produção têm a PPSA como gestora. A PPSA é uma sociedade anônima, vinculada ao MME, com prazo de duração indeterminado. A integralidade de seu capital social pertence à União, o que a caracteriza como empresa pública, além de ser submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas (art. 3º da Lei nº 12.304/2010), inclusive no que diz respeito aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

O art. 1º da Lei nº 9.478/1997, consoante recentemente alterada pela Lei nº 15.075/2024, por outro lado, estipula que as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia no Brasil visarão aos objetivos listados em seus 18 incisos. Entre eles, destacamos: a preservação do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento e valorização dos recursos energéticos pátrios, a proteção ao meio ambiente e à conservação de energia, a garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, o incremento (em bases econômicas) da utilização do gás natural, a promoção da livre concorrência e a ampliação da competitividade do Brasil no mercado internacional.

Ademais, a Lei nº 14.134/2021 e seu Decreto regulamentador nº 10.712/2021, conforme alterado pelo Decreto nº 12.153/2024, tratam sobre as atividades relacionadas à cadeia do gás natural, como por exemplo, o escoamento, processamento e transporte.

Nesse mesmo contexto, são aplicáveis à PPSA a Resolução CNPE nº 15/2018, conforme alterada pela Resolução CNPE nº 11/2024, que institui a política de comercialização do petróleo e do gás natural de propriedade da União. A empresa também é regida pela Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no

âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O Decreto nº 8.495/2016 regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016.

A empresa também atende ao Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (Lei 14.540/2023) e ao Programa Empresa Cidadã (Lei 11.770/2008).

Interesse Público

O interesse público que justifica a existência da PPSA consta do seu objeto social previsto no art. 5º do Estatuto Social e consiste, de forma ampla, na gestão dos contratos de partilha de produção (CPPs) no Brasil, reforçada pelo § 2º do mesmo artigo, e na gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Já a finalidade da companhia, estampada no § 1º do mesmo artigo, é a maximização do resultado econômico dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo e gás natural.

Assim, a gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União representam a função social da PPSA. De forma mais abrangente, estende-se não apenas a essas, como também à representação da União nos procedimentos de individualização da produção, envolvendo áreas não contratadas internas ao polígono do pré-sal ou áreas estratégicas. Em 2024, a PPSA não assumiu nenhuma obrigação adicional atinente ao interesse público.

Principais regulamentações que impactam as atividades

- Lei nº 9.478/1997 - estipula que as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia no Brasil
- Lei nº 14.134/2021 – trata sobre as atividades relacionadas à cadeia do gás natural
- Resolução CNPE nº 15/2018 (alterada pela Resolução CNPE nº 11/2024) - institui a política de comercialização do petróleo e do gás natural de propriedade da União
- Lei nº 13.303/2016 - dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública
- Resolução CNPE nº 2/2023 – determina que a PPSA realize estudos sobre a viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados do petróleo

2.1 Políticas públicas

Em sua atuação, a PPSA exerce atividades que se aproximam muito às típicas de Estado, nos termos da legislação conforme abaixo.

Gestão dos contratos de partilha de produção

A Lei nº 12.351/2010 estipula, no caput de seu art. 8º, que a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME), celebrará os contratos de partilha de produção, cuja gestão (§ 1º) cabe à PPSA.

A companhia deve constituir consórcio com os vencedores dos certames licitatórios, visando à exploração e produção em regime de partilha de produção (art. 20 da Lei nº 12.351/2010), bem como representar os interesses da União nos comitês operacionais (art. 21 da Lei nº 12.351/2010), indicando, inclusive, seu presidente, tendo para tanto 50% dos votos (§ 1º do art. 23 da Lei nº 12.351/2010). A PPSA tem poder de veto e voto de qualidade nos mencionados comitês operacionais (art. 25 da Lei nº 12.351/2010).

Em relação aos contratos de partilha de produção, a PPSA deve praticar todos os atos necessários à sua gestão. As alíneas do inciso I do art. 4º da Lei nº 12.304/2010 especificam alguns desses atos, quais sejam:

- ✓ A representação da União nos consórcios formados para a execução de tais contratos e a defesa dos interesses da União nos Comitês Operacionais;
- ✓ A avaliação técnica e econômica dos planos de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- ✓ A exigência do cumprimento dos requisitos contratuais de conteúdo local;
- ✓ O monitoramento e auditoria da execução dos projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- ✓ O monitoramento e a auditoria dos custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e
- ✓ O fornecimento, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de informações necessárias ao cumprimento de suas funções regulatórias.

Representação da União nos acordos de individualização da produção

Incumbe igualmente à estatal representar a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos deles decorrentes, quando as jazidas compartilhadas se estendam para áreas não contratadas no interior do polígono do pré-sal, conforme dispõe o caput do art. 36 da Lei nº 12.351/2010, o inciso IV do art. 4º da Lei nº 12.304/2010 e o inciso IV do art. 2º da Lei nº 12.858/2013. Ademais, a PPSA também representa a União nos acordos de coparticipação envolvendo os volumes excedentes da cessão onerosa.

Comercialização de petróleo e gás natural

A PPSA deve, igualmente, praticar todos os atos necessários à comercialização do petróleo e do gás natural aos quais faz jus a União nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção, consoante o inciso II do art. 4º da Lei nº 12.304/2010. Em especial, a companhia deve, representando a União, celebrar os contratos com agentes comercializadores ou comercializá-los diretamente, preferencialmente por leilão.

Caso a opção seja pela interveniência de um agente comercializador, a PPSA deve não apenas cumprir, mas também fazer com que o agente comercializador cumpra a Política de Comercialização do Petróleo e do Gás Natural da União (Resolução CNPE nº 15/2018), prevista pelos incisos VI e VII do art. 9º da Lei nº 12.351/2010. Cabe-lhe, ainda, monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda do petróleo e do gás natural da União praticados pelo agente comercializador.

Por fim, como atribuição relativa à gestão dos contratos para a comercialização dos hidrocarbonetos da União, a PPSA também pode, representando a União, celebrar contratos de refino e beneficiamento do petróleo e do gás natural da União. Nesse sentido, na primeira reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de 2023, realizada em março, foi estabelecido que a PPSA deveria realizar estudos sobre a viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados do petróleo. Em abril, foi publicado no Diário Oficial da União, a aprovação da Resolução CNPE nº 2/2023 pela Presidência da República.

Objetivos exclusivos

Constata-se, assim, que os objetivos da PPSA para a consecução dessas políticas públicas são exclusivos, pois apenas à Pré-Sal Petróleo S.A. foram legalmente conferidos, e imprescindíveis, pois sua não execução inviabilizaria o regime de partilha de produção no Brasil, não apenas pela ausência da empresa encarregada de gerir os contratos, como, também, pela impossibilidade de comercializar os hidrocarbonetos aos quais a União faz jus.

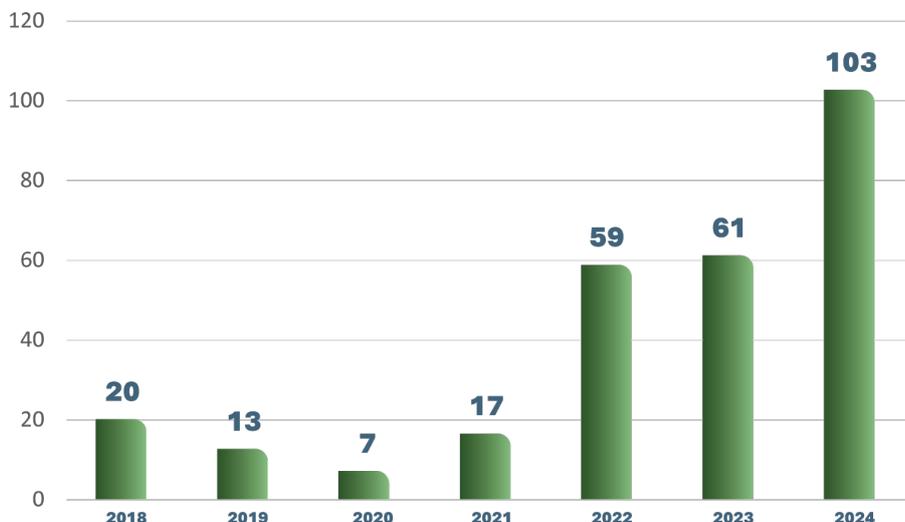
Maximização de resultados

O Decreto nº 8.063/2013 criou a PPSA e aprovou a primeira versão de seu Estatuto Social, o qual previu, no §1º de seu art. 5º, como uma das finalidades da empresa desde seus primórdios, a maximização do “resultado econômico dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União”, redação mantida na versão mais recente do Estatuto Social.

A representação da União desempenhada pela PPSA é feita em seu próprio nome (da PPSA), com os ônus e bônus inerentes a tal condição. Ao representar a União, a PPSA atua com autonomia (administrativa, financeira, orçamentária), de maneira a executar suas atribuições legais com presteza e eficiência visando à consecução de seu objeto e ao atingimento de sua finalidade de maximizar os resultados econômicos da União.

O indicador de Eficiência Econômico-Financeira da PPSA transmite quanto a PPSA gerou para a União em relação à sua despesa, e demonstra crescente rentabilidade da PPSA entre os anos de 2018 e 2024. Em 2024, por exemplo, para cada 1,0 milhão em despesas, a PPSA gerou 103 milhões em Receitas para o Tesouro Nacional (o custo da PPSA foi equivalente a 1% do valor arrecadado para a União), o que ilustra consistente evolução em sua performance e contribuição econômica na geração de valor à União.

**EFICIÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA DA PPSA (MILHÕES R\$)
(ARRECAÇÃO PARA A UNIÃO / DESPESAS TOTAL DA PPSA)**

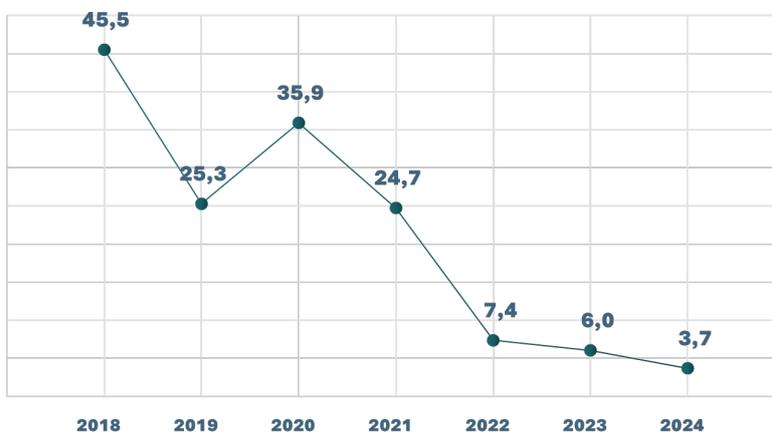


% da Despesa Total da PPSA em relação à arrecadação para a União

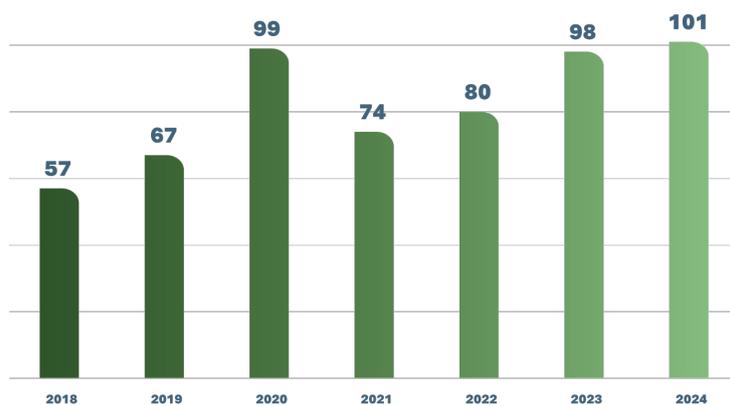
2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
5,0%	7,9%	14,0%	6,0%	1,7%	1,6%	1%

O gráfico a seguir mostra o impacto do custo da PPSA para a União em face dos volumes comercializados – razão despesas da PPSA pelo volume de óleo comercializado. À medida em que o volume de produção escala ao longo dos anos e a PPSA mantém um crescimento mínimo de suas despesas totais, a empresa torna-se cada vez mais econômica e custo-efetiva para a União. Em 2024 nosso custo foi de apenas R\$ 3,7 para cada barril comercializado, extremamente baixo para o benefício oferecido para a União.

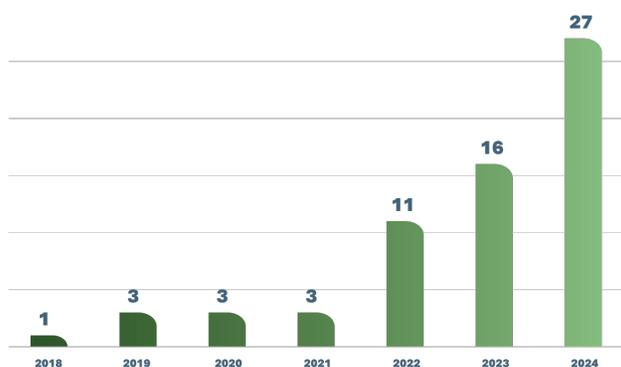
**CUSTO DA PPSA POR BARRIL (R\$/BBL)
(DESPESA TOTAL DA PPSA / VOLUME DE ÓLEO COMERCIALIZADO)**



GASTOS TOTAIS (MILHÕES R\$)



VOLUME DE ÓLEO DA UNIÃO COMERCIALIZADO (MILHÕES BBL)



Destinação de receitas

A receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União é enviada diretamente ao Tesouro Nacional, que é o responsável por lhe dar a adequada destinação legal.

Nesse sentido, importante destacar que, além dos demais temas tratados pela Lei nº 12.351/2010, como já evidenciado acima, ela também estipula a criação do Fundo Social. Esse fundo é de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza.

O art. 49 da referida Lei estabelece os recursos que compõem o referido fundo, entre eles a “receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei”. Ademais, foi ainda fixado:

“Art. 45. O petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União serão comercializados de acordo com as normas do direito privado, dispensada a licitação, segundo a política de comercialização referida nos incisos VI e VII do art. 9º, Parágrafo único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º representando a União, poderá contratar diretamente a Petrobras, dispensada a licitação, como agente comercializador do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos referidos no caput.

Art. 46. A receita advinda da comercialização referida no art. 45 será destinada ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60.”

Contribuição com o Ministério de Minas e Energia

A companhia é profunda conhecedora do regime de partilha de produção no país e das características geológicas, do desenvolvimento e da produção do pré-sal, com expertise para contribuir com o governo na formulação de políticas públicas para o segmento de petróleo e gás natural. Essa contribuição se dá em diferentes temas, a exemplo das questões relativas à política de comercialização do petróleo e do gás natural da União, das discussões acerca dos volumes excedentes da cessão onerosa e da modelagem para sua produção, da melhoria das disposições dos contratos de partilha de produção ao longo das sucessivas rodadas de licitação em regime de partilha de produção, e do debate sobre o aproveitamento econômico do gás natural do pré-sal brasileiro.

Com uma equipe jurídica altamente qualificada e especializada em Direito do Petróleo, a PPSA também acompanha e colabora, desde 2013, com a evolução regulatória dos contratos de partilha de produção. Ademais, o instituto da evolução regulatória vem sendo empregado para padronizar os contratos, incorporando regras mais consentâneas em razão da experiência adquirida ao longo do tempo, em benefício dos consórcios quando por eles requerida.

No início de 2023, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) criou o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE), para a elaboração de estudos visando à promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil. A garantia de suprimento de gás natural e a competitividade dos preços são determinantes nas decisões de investimentos de diversos setores.

O GT-GE criou cinco comitês temáticos responsáveis por avaliar aspectos específicos da cadeia do gás natural, possibilitando uma atuação ampla e abrangente. A equipe técnica da PPSA participou de

todos os grupos e coordenou o Comitê 3, que teve como objetivo estudar o modelo de comercialização do gás natural da União, com o objetivo de aumentar a oferta de gás natural da União no mercado doméstico.

Ao final de 2023, o MME solicitou à PPSA a contratação de uma empresa especializada em consultoria de refino. O objetivo era atender à deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que determinou a realização de estudos para avaliar, técnica e economicamente, mecanismos que priorizem o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo.

No início de 2024, a PPSA contratou a consultoria Telemétrica Sensoriamento Remoto para elaborar um relatório sobre mecanismos de agregação do valor do petróleo da União. A PPSA entregou o estudo ao MME no segundo semestre de 2024.

Em agosto de 2024, o CNPE estabeleceu como sendo de interesse da Política Energética Nacional que a PPSA, com o apoio técnico da EPE e sob a coordenação do MME, realizasse estudos sobre a viabilidade técnica e econômica para a execução de leilão de contrato de longo prazo para refino de petróleo da União, especificamente em unidades no território nacional, com o objetivo de ampliar a cadeia de refino e petroquímica.

Na resolução, também foi concedida à PPSA a autorização para planejar a comercialização do gás natural da União, já processado, diretamente aos seus clientes. A partir disso, a PPSA passa a poder contratar, junto às estruturas existentes, o escoamento e o processamento do volume de gás natural pertencente à União. No segundo semestre, foram realizadas reuniões com a Petrobras para avaliação do acesso ao SIE e ao SIP.

A empresa também contribuiu com os debates promovidos pelo MME, realizados após consultas públicas, sobre o papel do petróleo e do gás natural (O&G) na transição energética, além do debate sobre licenciamento ambiental e segurança energética.

A Resolução CNPE Nº8/2024 estabeleceu diretrizes para a promoção e a descarbonização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Nesse contexto, determinou que a PPSA deve, dentro de suas respectivas competências, analisar as melhores opções de desenvolvimento, considerando também a redução da intensidade de carbono do ciclo de vida do ativo, bem como a adoção de medidas mitigadoras para as emissões de gases de efeito estufa.

O ano também foi marcado pelo acordo de cooperação técnica firmado entre a PPSA e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com o objetivo de promover o intercâmbio de dados e informações necessárias para o desenvolvimento de atividades e estudos conduzidos pelas duas empresas.

Indicadores de gestão

A tabela abaixo resume os principais indicadores que demonstram o cumprimento de políticas públicas:

Dimensão	Política Pública	Indicador	Resultado em 2024
Contribuição da PPSA para os Objetivos Estratégicos do Estado Brasileiro (Atuação em Políticas Públicas)	Gestão dos Contratos de Partilha de Produção (CPPs)	Número de contratos de partilha sob gestão da PPSA	24 contratos gerenciados, sendo 9 com declaração de comercialidade (8 em produção), 10 em exploração e 5 em devolução. Interação diária com todos os operadores e atuação de diferentes áreas da empresa conforme a fase do contrato
		Acompanhamento mensal/anual da produção da União	Interação com operadores para acompanhamento em tempo real da produção, com interferência na gestão sempre que necessário. Painel em BI de produção e de eficiência dos contratos. Ao final de 2024, a União era a quinta maior produtora do país com 69 milhões de barris de óleo e 289 milhões de m ³ de gás.
		Atendimento de ballots e AFEs no prazo (Eficiência na avaliação técnica dos projetos)	807 ballots e AFEs respondidos no ano (21% a mais do que em 2023). 99,8 % respondidos no prazo médio de 5,4 dias úteis.
		Número de AIPs negociados e efetivados em relação ao número de jazidas compartilhadas identificadas.	18 jazidas identificadas, sendo 10 delas já com AIPs efetivos (55%). A empresa atua buscando uma participação justa da União em projetos já notificados e na análise contínua de potenciais AIPs
	Comercialização do petróleo e gás natural da União	Volume de petróleo da União comercializado	27,4 milhões de barris (MMbbl). Realização do 4º Leilão de Petróleo da União, com recorde de competição e maior valor pago pelo óleo da União.
		Volume de gás natural da União comercializado	53,8 milhões de metros cúbicos (MMm3).
		Receita total da União com a comercialização de petróleo e gás natural	R\$ 10,32 bilhões. Alcance de 126% da meta de comercialização. Resultado 71,10% superior ao de 2023.
		Custo de transação da comercialização por barril	Relação entre os custos diretos da atividade de comercialização da PPSA e o volume total de petróleo e gás natural comercializado = 3,7 R\$/b
	Programa Gás para Empregar	Realização de leilão de gás natural da união	Leilão em estudos para 2025
	Econômico-Financeira	Custo de transação da PPSA	Despesa total / Arrecadação
Resultado financeiro		Produtividade per capita (Milhões R\$ Receita/empregado)	478,9
		Lucro líquido	R\$ 28,8 milhões
Governança Corporativa	Planejamento Estratégico	Índice de realização do PE	98%
	Indicador SEST	Índice de conformidade IC-Sest	947

Notas:

Ballots são documentos para solicitação de voto da PPSA, com a finalidade de aprovar uma decisão relacionada aos contratos de partilha de produção e, AFE (authorization for expenditure) é uma autorização de despesa, igualmente requisitada à PPSA pelos consórcios.

2.1.2 Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2024–2028 tem se mostrado fundamental para orientar as decisões da empresa e consolidar as bases do crescimento sustentável que projetamos. Ao alinhar metas de longo prazo com ações táticas e operacionais, o plano permite uma atuação com foco, eficiência e resiliência em um cenário dinâmico e desafiador. Mais do que um documento, ele tem sido uma bússola para garantir que cada passo dado esteja em sintonia com a visão de futuro da empresa.

Aprovado pelo Conselho de Administração ao final do ano anterior, o Plano é acompanhado sistematicamente por meio de Reuniões mensais de Análise Crítica (RAC) com a participação dos coordenadores das iniciativas estratégicas, da equipe do Planejamento e da Diretoria Executiva. Nessa ocasião, também é apresentada a curva de execução das iniciativas estratégicas.

Plano Estratégico 2024-2028

No ano passado, o Plano Estratégico 2024-2028 teve um índice de realização de 98%, cumprindo com as metas traçadas pelo ano. As iniciativas estratégicas com avanço abaixo de 100% continuarão sendo monitoradas no Plano 2025-2029, conforme descrito na tabela.

INDICADORES PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DIRETRIZES	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	IR 2024 (% REALIZADO / % PREVISTO)
AUMENTAR A ATRATIVIDADE DO POLÍGONO DO PRÉ-SAL	1.1.1 - Analisar sinergias e incentivos para viabilizar a comercialidade em contratos de partilha de produção.	100%
	1.1.2 - Avaliar os contratos de partilha em relação às melhores práticas mundiais.	100%
	1.2.1 - Estudar áreas potenciais do pré-sal e do pós-sal dentro do polígono	100%
APRIMORAR O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS	2.1.1 - Analisar normativos legais para viabilizar avanços no modelo de comercialização de óleo e gás.	100%
	2.2.1 - Avaliar modelo de comercialização de óleo	100%
	2.3.1 - Avaliar modelo de comercialização de gás	100%
CONSOLIDAR A ESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA	3.1.1 - Adequar a força de trabalho da PPSA	100%
	3.2.1 - Implantar a Transformação Digital na PPSA	100%
	3.2.2 - Reforçar a segurança dos dados e informações	78%
	3.2.3 - Implantar SIGAD	96%
	3.2.4 - Implantar ERP (Sistema Integrado de Gestão, Enterprise Resource Planning)	92%
	3.2.5 - Automatizar o processo de gestão de ballots	100%
	3.3.1 - Implementar programas de relacionamento com públicos de interesse	100%
3.4.1 - Buscar a sustentabilidade financeira de longo prazo da Pré-Sal Petróleo	100%	
3.5.1 - Implantar a gestão do conhecimento na PPSA com foco na capacitação de novos funcionários	73%	
FOMENTAR AÇÕES DE DESCARBONIZAÇÃO NOS CONSÓRCIOS	4.1.1 - Sistematizar ações relacionadas à descarbonização no pré-sal	100%

Planejamento Estratégico (PE) 2025-2029

O Plano Estratégico (PE) 2025-2029 foi construído de forma colaborativa por um grupo multidisciplinar formado pelos Diretores Executivos, Superintendentes, Gerentes de áreas, Gerentes Executivos, Coordenadores e Assessores da empresa. O grupo utilizou como subsídio análises do cenário econômico e energético para os próximos anos, baseadas em seus possíveis impactos na empresa, o estudo “Estimativa de produção dos Contratos de Partilha e de arrecadação para os cofres públicos no período 2025-2034”, além das necessidades, riscos e oportunidades da PPSA mapeados para o próximo quinquênio.

Desafios no horizonte 2025-2029:

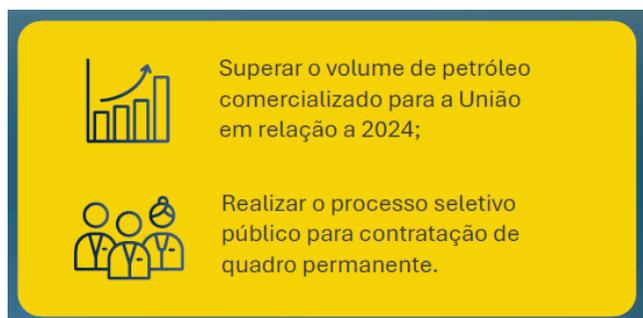
- Definição do melhor modelo de comercialização de petróleo e gás para a União;
- Ações para aumentar a atratividade das áreas/descobertas do polígono do pré-sal;
- Estudo de áreas com potencial no polígono do pré-sal;
- Transformação digital da empresa e aplicação de inteligência artificial;
- Planejamento dos recursos necessários para continuar a estruturação da empresa;
- Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais;
- Sustentabilidade financeira de longo prazo;
- Oportunidade de novos desenvolvimentos no Sistema do Gestão de Partilha de Produção (SGPP);
- Melhoria contínua da transparência e da comunicação;
- Aderência às melhores práticas de governança, integridade e sustentabilidade;
- Eficiência e automatização dos processos;
- Acesso ao Sistema Integrado de Escoamento de gás natural (SIE) e ao Sistema Integrado de Processamento (SIP);
- Fomento de ações de descarbonização nos CPPs ao longo da curva de produção;
- Aderência às melhores práticas ESG;
- Admissão e desenvolvimento de pessoas.

Diretrizes estratégicas

O Planejamento Estratégico 2025-2029 conta com quatro diretrizes estratégicas. A cada diretriz estratégica, correspondem objetivos estratégicos que, por sua vez, se desdobram em iniciativas estratégicas, as quais são a face da implementação do plano estratégico.



Metas de topo da empresa para 2025:



Saiba Mais:

- **Resultado do Plano Estratégico 2024-2028**

<https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Resultados-PE-24-28-para-CA.pdf>

- **Plano Estratégico 2025-2029**

<https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2025/04/Apresentacao-PE-25-29.pptx>

- **Confira o estudo Estimativa de produção e de arrecadação de petróleo e gás natural dos contratos de partilha e da União**

<https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Ebook-Forum-Tecnico-PPSA-2024.pdf>

2.1.3 Plano Anual de Negócios

O Planejamento Anual (PAN) tem como objetivo identificar as necessidades de investimento em pessoal, software, hardware e infraestrutura para o ano seguinte, além de estabelecer metas para o período.

Ele é integrado ao Planejamento Estratégico de longo prazo, ao Programa de Dispêndios Globais (PDG), ao Plano de Contratação e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Essa integração entre os planos e programas é fundamental para o bom desempenho da empresa.

O PAN 2025 considerou as diretrizes dos planejamentos estratégicos quinquenais 2024-2028 e 2025-2029, incorporando as iniciativas estratégicas em andamento.

Em relação ao portfólio de contratos, considerou-se todos os contratos em curso e suas diferentes fases, e os futuros 20 contratos que poderão estar sob nossa gestão nos próximos anos.

Premissas consideradas no Plano Anual de Contratação

- Cronogramas de investimentos e contratações previstos nas Iniciativas Estratégicas devem ser contemplados;
- Portfólio de contratos da empresa para 2025 e próximos anos (CPP, AIP e comercialização);
- Contratações de prestação de serviços técnicos para o próximo ano;
- Realização do processo seletivo público, manutenção do programa de estágio e a contratação de até 12 novos profissionais para cargos comissionados;
- Estimativas de receitas;
- Valoração do preço do petróleo da União.

O trabalho conclui que, para cumprimento das atribuições legais da empresa, é de extrema relevância que haja a contratação de até 12 cargos comissionados de livre provimento e realização de processo seletivo público para 100 vagas, a expansão do escritório da PPSA no Rio de Janeiro e a realização de investimentos da ordem de R\$ 23,93 milhões.

O Plano estima também uma meta de arrecadação de receita para a União com comercialização de petróleo e gás natural em 2025 no montante em torno de R\$ 15,6 bilhões, tendo como premissa o preço do petróleo Brent a US\$ 70,00/bbl e a taxa de câmbio de R\$ 5,43/USD. Para isso, deverão ser comercializados aproximadamente 40,44 milhões de barris de petróleo e 122 milhões de m3 de gás natural.

METAS DOS INDICADORES PARA 2025

Reflete os indicadores do Programa RVA

Indicador	Sinal*	Meta 2025	
 Despesa total da PPSA (milhões R\$) / volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	5,50	- 10% em relação a 2024
 Receita da união (milhões R\$)	+	15.647	+ 57% em relação a 2024
 Volume de óleo da união comercializado (milhões bbl)	+	40, 44	+ 47% em relação a 2024
 Atendimento de ballots e AFEs No prazo	+	96%	
 Índice de realização do planejamento estratégico corporativo	+	95%	

* o sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo "maior-melhor" e negativo (-) caso contrário.
 As metas foram definidas com o critério de serem mais desafiadoras do que a média dos 5 últimos exercícios.
 Para os indicadores da Receita da União e volume de Óleo Comercializado, a meta prevê a realização de 90% do planejado de 2025, devido às incertezas inerentes à produção, ao valor do Brent e do câmbio.
 Esses indicadores e metas podem ser adotados para o programa RVA 2025

- ✓ Indicador de receita para a União.

Receita obtida para a União com a comercialização de petróleo e gás natural da União ao longo do ano de 2025.

- ✓ Indicador de despesa total da PPSA (milhões R\$) / volume de petróleo comercializado (milhões bbl).

Relação entre a despesa total (sem valores de investimentos) realizada ao longo do ano, sobre o volume de petróleo da União que foi comercializado (carregado) no ano. Expressa a despesa da PPSA para cada barril vendido, ou seja, o custo de transação do negócio.

- ✓ Indicador de atendimento de ballots (votos) e AFEs no prazo.

Número de ballots e AFEs respondidos no prazo nos últimos 12 meses, dividido pelo número total de ballots e AFEs respondidos no prazo no mesmo período. Verifica o resultado acumulado e analisa sua tendência. Através de processo de lições aprendidas, busca-se o aprimoramento global do processo de aprovação de voto.

- ✓ Indicador de volume de petróleo da União comercializado.

Expressa a realização do volume, em milhões de barris de petróleo da União, que foi comercializado (carregado) no ano. A missão da PPSA é maximizar os resultados econômicos das atividades no regime de partilha de produção para a União, incluindo a atividade de comercialização de petróleo.

Nesse sentido, é objetivo da PPSA garantir o cumprimento e a superação da previsão de comercialização do petróleo da União, de forma a maximizar seu resultado.

- ✓ Índice de realização do Planejamento Estratégico Corporativo.

O indicador mede o desempenho da evolução do progresso físico do Planejamento Estratégico. É um indicador mensal e representa o resultado acumulado ao longo do ano da média aritmética do percentual de realização das diretrizes estratégicas.

Saiba Mais:

- **Arcabouço legal** (<https://www.presalpetroleo.gov.br/paineisinterativos/biblioteca-interativa/>), um painel dinâmico com mais de 120 leis, decretos, acordos, resoluções, portarias e contratos do setor.
- **Plano Anual de Negócios**
https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/RL.PRE_.007.2023-Plano-Anual-de-Negocios-2024_Assinada_Tabita.pdf

2.2 Declaração de recursos

O custeio das atribuições legais da PPSA advém do Contrato de Remuneração firmado com o Ministério de Minas e Energia (MME). Esse contrato prevê a remuneração pelos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural e nos acordos decorrentes da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei.

Para viabilizar o faturamento dos serviços, a PPSA elabora mensalmente o Relatório de Remuneração, documento que consolida todas as informações sobre os contratos sob sua gestão.

Esse relatório é submetido ao MME até o quinto dia útil do mês subsequente, permitindo a conferência e validação dos serviços prestados, para a liberação dos pagamentos. Em dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.075/2024, permitindo rever a forma de remuneração da empresa, a ser regulamentada por decreto do Poder Executivo.

2.3 Iniciativas de ASG

Gestão da sustentabilidade

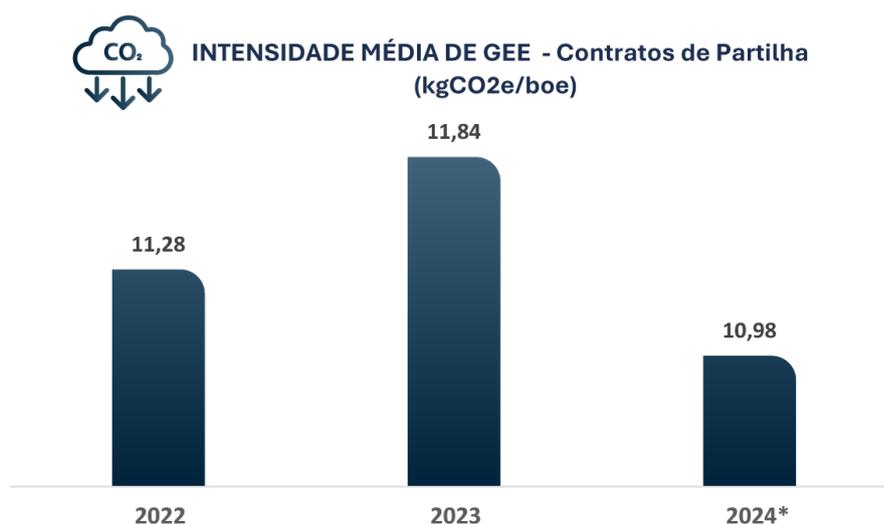
A exploração de petróleo não é antagônica à transição energética. No Brasil, 49% da matriz energética vêm de fontes renováveis, enquanto a média mundial é de 14%. O Brasil possui a 4ª matriz energética com maior conteúdo renovável do mundo. Em relação ao segmento de óleo e gás, mundialmente, a combustão de fósseis representa 75% das emissões, mas no Brasil esse número é inferior a 20%, de acordo com a SEEG, considerando que a maior causa de emissões no país é a

Mudança de Uso da Terra e Floresta (desmatamento). As emissões do upstream representam apenas 1% do total de emissões de gases do efeito estufa do Brasil.

Como gestores dos contratos de partilha, a PPSA acompanha esta pauta de perto e entende que um futuro descarbonizado não é um futuro sem hidrocarbonetos, pois mesmo no cenário mais ambicioso de net zero em 2050, a Agência Internacional de Energia estima que o mundo estaria consumindo ainda 23 milhões de barris por dia de petróleo.

Em 2024, o tema foi incluído como uma das diretrizes do Planejamento Estratégico. Com 100% das ações planejadas realizadas, foi implantado um Comitê Técnico de Descarbonização para acompanhar e fomentar os esforços dos consórcios na busca por tecnologias mais limpas na exploração, desenvolvimento e produção dos campos. Nos consórcios que atuam no regime de partilha, várias iniciativas em busca de redução de emissões já estão em andamento, a exemplo de eletrificação de equipamentos nas plataformas, separação e reinjeção do CO2 nos próprios reservatórios produtores, redução da queima de rotina, uso de embarcações híbridas, operação com turbinas de ciclo combinado, e aumento da produtividade e da eficiência nos processos produtivos de forma geral.

Em paralelo, a empresa passou a acompanhar as emissões de cada contrato e a elaborar um Painel de Emissões dos contratos de partilha. A intensidade de carbono do petróleo produzido no Brasil é significativamente inferior à média do petróleo produzido ao redor do mundo, pois é um petróleo com menor quantidade de enxofre em sua composição, mais leve e com baixa densidade. No pré-sal, a intensidade média de carbono do petróleo pode chegar a 9kgCO2e/boe nos novos projetos, enquanto a média da OGCI está em torno de 17/18kgCO2e/boe. Na partilha, a média foi de 10,98 KgCO2e/boe em 2024. Isso dá ao Brasil uma vantagem competitiva no mercado internacional, tornando o petróleo brasileiro mais valorizado no mercado. Para 2025, a PPSA pretende elaborar também um painel de emissões de metano.



*DADOS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2024

Ao longo do ano, a empresa também trabalhou para disseminar internamente conhecimento sobre o tema. Além de compartilhar dados e estudos, várias palestras técnicas sobre o tema foram realizadas com convidados externos.

Responsabilidade Social

No exercício de 2024, a PPSA realizou doações conforme as leis de incentivo fiscal, destacando-se os projetos:

- Projeto "Ateliê da Moda" – doação de R\$ 160 mil a este projeto, em conformidade aos artigos 26 e 18 da Lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet). O projeto está inscrito no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONA) sob o nº 244844, conforme a Portaria 437/24, publicada no DOU em 24 de junho de 2024. De acordo com o § 1º do artigo 26 da Lei Rouanet, os contribuintes têm a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda devido aos valores efetivamente despendidos em projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela legislação fiscal vigente.
- Projeto "Destemidas" – doação de R\$ 80 mil, em conformidade com o artigo 1º da Lei nº 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte), conforme a Portaria 1.623/24, publicada no DOU em 8 de outubro de 2024. De acordo com o § 1º dessa lei, os contribuintes têm o direito de deduzir do Imposto de Renda devido as quantias efetivamente investidas em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente.

Tanto a Lei Rouanet quanto a Lei de Incentivo ao Esporte oferecem incentivos fiscais aos contribuintes que apoiam financeiramente projetos culturais e esportivos aprovados pelos ministérios competentes, estimulando o engajamento com a cultura e o esporte no Brasil.

Gênero e Diversidade

A PPSA participa do COGEMMEV - Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do MME e Entidades Vinculadas, que tem caráter colegiado, consultivo e propositivo, e visa a estimular o debate e a implantação de projetos e ações de diversidade, equidade e inclusão, que tratam de políticas para as mulheres, questões de gênero e raça. No ano passado, a empresa sediou parte da Assembleia Geral Ordinária do Comitê e participou de eventos e reuniões visando a construção de uma agenda conjunta sobre o tema.

Em 2024, a Pré-Sal Petróleo (PPSA) aderiu ao Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais, assinado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e 34 empresas públicas. O pacto propõe o estabelecimento de mecanismos de cooperação para o aprimoramento de políticas públicas relacionadas ao tema e de estratégias que promovam a diversidade nas empresas. Com o pacto firmado, a PPSA se comprometeu a formar um espaço de troca de experiências entre as empresas sobre boas práticas de equidade e inclusão, além da realização de ações conjuntas, com eventual otimização de custos, para o aumento da visibilidade do tema na sociedade e no meio empresarial.

3. Governança Corporativa

3.1 Informações societárias

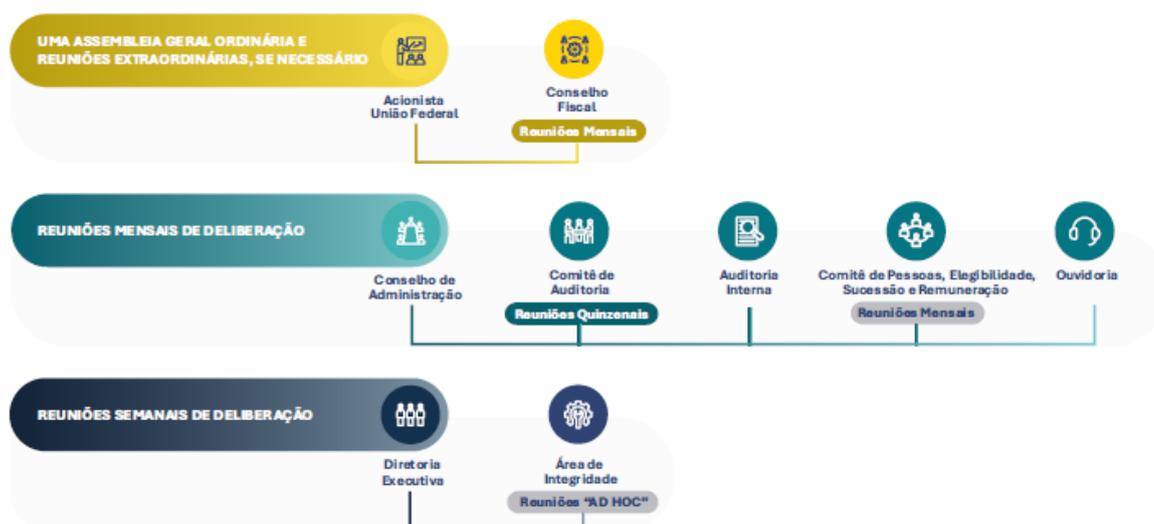
A PPSA é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e rege-se pelas Leis nºs 12.304/2010, 6.404/1976, 13.303/2016, 12.351/2010 e 13.679/2018, pelo Decreto nº 8.945/2016, por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A integralidade de seu capital social pertence à União, o que a caracteriza como empresa estatal pública submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas (art. 3º da Lei nº 12.304/2010), inclusive no que diz respeito aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

3.1.1 Estrutura de governança

A PPSA atua em conformidade com a legislação e os regramentos a que está submetida e tem sua rotina diária pautada no fortalecimento da ética, da integridade, dos controles internos e de seus valores. A estrutura de governança é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Integridade.

A empresa é administrada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, que deliberam sobre as decisões estratégicas e operacionais da empresa. Os órgãos orientam a gestão no cumprimento da missão, na realização da visão e na promoção dos valores institucionais.



Os quadros apresentam os principais instrumentos de gestão e os princípios de governança da empresa:



Saiba mais:

Composição e papel de cada órgão <https://www.presalpetroleo.gov.br/governanca/estrutura-de-governanca/>

Principais deliberações: Relatório de Administração 2024

<https://www.presalpetroleo.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-da-administracao/>

3.1.2 Integridade

O Programa de Integridade é conduzido pela Área de Integridade da PPSA, que verifica a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis. Além disso, atua, institucionalmente, como supervisora de conformidades no ambiente empresarial.

O Programa tem como pilares o Código de Conduta e Integridade e a Política Anticorrupção. Entre as principais ações realizadas em 2024 estão a revisão de procedimentos, a aprovação do Procedimento de Gestão de Apuração de Infração Disciplinar (PGAID), do Procedimento de Gestão da Ouvidoria e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, além da conscientização e treinamento da equipe em relação aos temas de integridade. Toda a força de trabalho foi capacitada em cursos online sobre Segurança da Informação e Diversidade e Equidade.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua como interface entre o cidadão e as partes interessadas no recebimento de sugestões, reclamações e eventuais denúncias em caso de desvios ao nosso Código de Conduta e Integridade, visando melhorar o atendimento da companhia em relação a demandas de empregados, fornecedores, clientes e sociedade em geral. Trata-se de um canal de diálogo entre o cidadão e a empresa, imparcial e independente, que busca soluções para as questões recebidas, melhorias nos processos internos e aumento da transparência da empresa. A área é vinculada diretamente ao Conselho de Administração.

As demandas são encaminhadas por meio de canal próprio ou pela plataforma Fala.BR. Ao longo de 2024, foram recebidas 64 demandas. Deste montante, 18 foram imediatamente encaminhadas para outros órgãos e/ou empresas. Das 46 demandas restantes, 12 delas não eram correlatas à empresa, porém não puderam ser encaminhadas a outros órgãos pelo fato de os mesmos não fazerem parte do Fala.BR ou pela falta de elementos que permitissem a identificação do órgão de interesse do cidadão. Dessa forma, 34 demandas foram de fato direcionadas à PPSA e respondidas tempestivamente.



Quando analisadas por tipo, observa-se que a empresa não recebeu nenhuma denúncia. Das 34 manifestações, 28 são pedidos de informação, 4 solicitações e 2 sugestões. Todas as demandas foram recebidas e tratadas prontamente. Para melhor identificar as áreas de interesse da sociedade, as demandas foram agrupadas por temas. Recursos Humanos e Licitações e Contratos são os assuntos de maior interesse. Não houve nenhuma omissão por parte da PPSA, nem falta de cumprimento no prazo de respostas. Não houve recebimento de manifestação no canal próprio.

3.2 Dados econômico-financeiros, comentários dos administradores e fatores de risco

3.2.1 Dados econômico-financeiros

Receitas da companhia

Ao longo do ano, a empresa manteve uma estrutura de custos enxuta e adotou uma gestão financeira rigorosa. A receita bruta de serviços provenientes da gestão de contratos e da representação da União totalizou R\$ 131,7 milhões, resultando no recolhimento de R\$ 18,8 milhões em impostos diretos, incluindo PIS, COFINS e ISS.

No mesmo período, a PPSA registrou R\$ 16 milhões em receitas provenientes de aplicações financeiras, contribuindo para um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões ao final do exercício. Além disso, a empresa provisionou R\$ 6,8 milhões em dividendos referentes ao lucro de 2024, que serão repassados à União em 2025.

A PPSA registrou R\$ 15 milhões em receitas financeiras líquidas ao longo do exercício, encerrando o período com um saldo de R\$ 193,6 milhões em caixa. O capital social da empresa, integralmente subscrito pelo acionista controlador, totaliza R\$ 93,3 milhões e encontra-se 100% integralizado.

Custos e despesas

Anualmente, a companhia elabora o Programa de Dispêndios Globais (PDG), instrumento fundamental para o planejamento e a execução financeira da empresa. No exercício de 2024, o PDG foi aprovado pelo Decreto nº 11.814 de 2023 e teve uma execução de 104,18% das fontes de recursos planejadas, totalizando R\$ 148,2 milhões. A distribuição das receitas seguiu a seguinte composição: 89,06% provenientes de receitas operacionais e 10,94% oriundas de receitas não operacionais.

Quanto à execução dos usos de recursos planejados, foi realizada 86,58% da previsão total, alcançando R\$ 125,8 milhões, distribuídos conforme segue: 25,79% destinados a tributos e encargos parafiscais; 39,38% alocados em despesas com pessoal e encargos sociais; 15,16% referentes a dispêndios de capital; e 16,74% aplicados em despesas com serviços de terceiros e 2,93% distribuídos em outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, materiais e produtos.



Receitas para a União

A PPSA arrecadou R\$ 6 bilhões para a União em 2023 e R\$ 10,3 bilhões em 2024, valores correspondentes à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da Companhia. Esse resultado representou um crescimento de 71,10% em relação a 2023.

Todos os recursos arrecadados pela PPSA são destinados ao Tesouro Nacional, contribuindo para o financiamento de políticas públicas, voltadas principalmente para investimentos em saúde e educação, beneficiando diretamente a sociedade brasileira.

Acesse as demonstrações contábeis: <https://www.presalpetroleo.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis/>

3.2.2 Comentário dos administradores

Por meio da Manifestação Nº 1/2025, o Conselho de Administração da PPSA aprovou, em 31 de janeiro de 2025, o Relatório de Resultados do Planejamento Estratégico 24-28 durante a 132ª Reunião Ordinária, realizada em 31/01/2025, e concluiu: “O Planejamento Estratégico 2024-2028, ano base 2024, cumpriu com seu objetivo de permitir que a PPSA caminhasse na direção do atingimento de sua Missão e Visão Estratégica. Com o índice de realização de 98% do referido Plano, a Diretoria Executiva deu conhecimento a este Conselho dos resultados e conquistas na execução das iniciativas estratégicas ao longo do ano”.

Saiba Mais

- Manifestação do Conselho de Administração**
<https://www.presalpetroleo.gov.br/wp-content/uploads/2025/04/Manifestacao-CA-no-01-2025-ass.pdf>

3.2.3 Fatores de risco

A Assessoria de Planejamento Estratégico, diretamente ligada à Presidência, é a área responsável por estruturar o gerenciamento de riscos e gerir os controles internos estratégicos. O Sistema de Gestão garante um gerenciamento eficaz dos processos, ajudando a empresa a atingir seus objetivos e metas, e é baseado em quatro pilares: Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Riscos e Programa de Integridade. O objetivo é facilitar a atuação em conformidade com a legislação, manter uma governança sólida e uma operação sistematizada, além de reduzir a vulnerabilidade à fraude e à corrupção.



Modelo de três linhas

Para evitar falhas e inconsistências nos processos, a empresa adota o modelo das três linhas, que divide as responsabilidades de controle.



A gestão de riscos é, portanto, um processo contínuo que envolve a identificação, avaliação e tratamento dos riscos que podem afetar os objetivos da empresa. Ela busca minimizar os impactos negativos e maximizar as oportunidades, considerando tanto os riscos internos como externos.

Cabe ao Planejamento Estratégico coordenar as atividades de mapeamento de riscos junto às áreas, priorizá-los e definir as respostas aos riscos, com plano de mitigação e responsáveis. O trabalho é acompanhado mensalmente pela Diretoria Executiva e a cada três meses pelos colegiados.

A documentação do processo é formada por Política de Riscos, Procedimento de Gerenciamento de Riscos, Planilha de Gerenciamento de Riscos e Relatório trimestral de acompanhamento dos riscos.

Em uma última análise, considerou-se quatro riscos relacionados diretamente ao Plano Estratégico como maiores pontos de atenção.

Riscos monitorados:

- Riscos de Recursos Humanos
- Riscos Financeiros
- Riscos de Segurança da Informação
- Riscos de Integridade
- Riscos de imagem
- Riscos de problemas operacionais no SGPP
- Risco de ineficiência operacional
- Risco estratégico na comercialização

1

Quadro de recursos humanos insuficiente

Principais ações de mitigação: realização do processo seletivo público, retenção e desenvolvimento das pessoas.

2

Risco financeiro - Orçamento insuficiente para a PPSA

Principal ação de mitigação: Novas alternativas de remuneração da PPSA.

3

Segurança de Informação

Principais ações de mitigação: ampliação de investimentos em segurança da informação e na continuidade do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP)

4

Automatização de Processos

Principais ações de mitigação: Assegurar a atualização constante dos processos e da melhoria dos sistemas de gestão.

Política de Riscos: <https://www.presalpetroleo.gov.br/politica-de-riscos/>

3.3 Composição e remuneração da administração

Remuneração da Diretoria Executiva e dos colegiados

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral, realizada anualmente. Os benefícios referem-se ao auxílio refeição e ao plano de saúde. O quadro apresenta o valor da remuneração individual máxima e mínima da Diretoria Executiva e dos demais colegiados nos últimos três anos, bem como o valor médio da remuneração.

VALOR ANUAL DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA E MÍNIMA DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA (R\$)

	DIRETORIA EXECUTIVA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL			COMITÊ DE AUDITORIA			COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Nº DE MEMBROS	4	4	4	7	7	5	3	3	3	3	3	3	3	3	3
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO	1.099.411	1.041.689	973.768	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	51.728	49.001	0
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO	1.048.674	993.611	928.825	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	51.728	49.001	0
VALOR MÉDIO DA REMUNERAÇÃO	1.061.358	1.005.630	940.061	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	51.728	49.001	0

Nota: Na composição da remuneração individual estão incluídos os honorários mensais, as férias e a gratificação natalina com base na aprovação dos valores pela AGO

DIRETORES	dez/2024
MAIOR REMUNERAÇÃO	83.283,33
MENOR REMUNERAÇÃO	79.439,99
REMUNERAÇÃO MÉDIA	80.400,83

Remuneração variável da Diretoria Executiva

O Programa de Remuneração Variável (RVA) é um instrumento de gestão que busca alinhar esforços dos membros da Diretoria Executiva, com vistas ao atendimento dos objetivos estratégicos da companhia, incluindo a execução de políticas públicas, por meio de fixação de metas de resultado, adoção de boas práticas de governança corporativa e gestão de riscos. O programa vincula a parcela

da remuneração ao desempenho dos seus diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados.

Participam do programa todos os membros da Diretoria Executiva da PPSA, sejam estes ativos ou os desligados ao longo do exercício, desde que tenham ocupado o cargo de direção por período igual ou superior a trinta dias.

O valor da parcela de RVA a ser destinado a cada participante é calculado proporcionalmente ao tempo de trabalho efetivo no exercício. O Programa não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O programa é mensurado por meio de indicadores, distribuídos em três dimensões: econômico-financeira, atuação em políticas públicas e governança corporativa. Cada dimensão contém dois indicadores, com pesos pré-estabelecidos.

Em 2024, o resultado foi superior à meta. Com isso, a Diretoria Executiva receberá o pagamento de 1,342 salários.

INDICADORES, DESCRIÇÕES E RESULTADOS

DIMENSÕES	INDICADOR	SINAL*	META	PESO	RESULTADO	CUMPRIMENTO DE CADA META	PESO PONDERADO	CUMPRIMENTO DA META
Econômico Financeiro	Despesa total da PPSA (milhões R\$) / Volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	6,09 R\$/bbl	15%	3,67 R\$/bbl	>120%	22,5%	139,7%
	Receita para a União	+	R\$ 6.602 milhões	15%	R\$ 10.326 milhões	>120%	22,5%	156,4%
Políticas Públicas	Volume de óleo da União comercializado	+	19,28 milhões de barris	25%	27,39 milhões de barris	>120%	37,5%	142,1%
	Atendimento de ballots e AFEs no prazo	+	95%	25%	99,8%	≤105% e >104%	26,3%	105,0%
Governança, Conformidade e Transparência	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	+	900	10%	947	≤110% e >105%	15,0%	105,2%
	Índice de Realização do Planejamento Estratégico corporativo	+	95%	10%	98%	≤104% e >103%	10,4%	103,2%
							134,2%	

Observações:
* O sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo 'maior-melhor' e negativo (-) caso contrário.

RVA - DIRETORES	2024
MAIOR REMUNERAÇÃO	124.925,01
MENOR REMUNERAÇÃO	119.159,24
REMUNERAÇÃO MÉDIA	120.600,68

SAIBA MAIS: Informes de remuneração mensal

4. Administradores subscritores desta Carta Anual

Conselho de Administração

- Arthur Cerqueira Valério (Presidente)
- Roberto Seara Machado Pojo Rego
- Ana Paula de Magalhães Albuquerque Lima
- Guilherme Santos Mello
- Valder Ribeiro de Moura
- Luis Fernando Paroli Santos

Diretoria Executiva

- Luis Fernando Paroli Santos
- Tabita Yaling Cheng Loureiro
- Evamar José dos Santos
- Samir Passos Awad

Pré-Sal Petróleo

Escritório Central

Avenida Rio Branco, nº 1 – 4º andar
– Centro
CEP: 20.090-003 - Rio de Janeiro – RJ
(21) 3513.7701
Horário de funcionamento:
de 3ª a 5ª de 9:00h às 18:00h

Sede - Brasília

BRFOFFICES
Setor Bancário Sul Quadra 02
Bloco E, Edifício Prime 206/14º
andar Brasília/DF
CEP: 70.070-120

São Paulo

Rua Augusta, nº 101 / sala 1016 –
unidade 3
Consolação – São Paulo – SP

www.presalpetroleo.gov.br